



**A escrita da história da ‘descoberta’
de Cabo Verde.
Fabulário cronográfico, história
oficial ou fabricação do
consentimento?**

Víctor Barros

Práticas da História, n.º 5 (2017): 75-113

www.praticasdahistoria.pt

Víctor Barros

**A escrita da história da ‘descoberta’ de Cabo Verde.
Fabulário cronográfico, história oficial
ou fabricação do consentimento?**

Este artigo debruça-se sobre a problemática da escrita da história da ‘descoberta’ das ilhas de Cabo Verde: trata-se de colocar em destaque a forma como diferentes historiadores escreveram acerca do achamento deste arquipélago oeste-africano. Num primeiro momento, traçaremos uma genealogia desse debate, de modo a colocar em pauta as filigranas que tecem os diferentes meandros de densidade da controvérsia historiográfica. Aqui, a nossa exegese é, pois, a de uma história da história da ‘descoberta’ com vista a elucidar os modelos escriturários que fixaram as coordenadas cronológicas, temáticas e nominativas em torno daquele ato transformado em acontecimento histórico e conteúdo mnemónico quase crepuscular. De seguida, daremos conta das afinidades que a interpretação do achamento estabelece, de forma cúmplice, com o fabulário imperial português e com o memorialismo comemorativo colonial que subsidiou a construção do consentimento discursivo fixado como história oficial.

Palavras-chave: História, Escrita, ‘Descoberta’/Achamento, Cabo Verde.

**Writing the history of the “discovery”
of Cabo Verde. Fictional chronicle, official history
or the manufacturing of consent?**

This article focuses on the problems of writing the history of the discovery of the Islands of Cabo Verde. I discuss how different historians, throughout the years, wrote and heuristically articulated arguments to construct the perspectives on this topic. First, the article provides a genealogy of the debate in order to shed some light upon the intricacies of the controversy between historians as well as upon the unknown circumstances related to the first contacts of European sailors with the islands of Cabo Verde. My analysis shows the agenda behind the account that established the chronological and thematic boundaries regarding the act of ‘discovery’, which has been transformed into historical fact and crepuscular mnemonic subject. Secondly, I analyze the links, affinities and the complicity between, on the one hand, the interpretation of this act and, on the other hand, the Portuguese imperial imaginary and the commemorative colonial memory that have shaped the discursive consensus framed as official history.

Keywords: History, Writing, Discovery, Cabo Verde.

**A escrita da história da ‘descoberta’
de Cabo Verde.
Fabulário cronográfico, história oficial
ou fabricação do consentimento?**

Víctor Barros*

*Quanto a descobridores, acho que deveria acrescentar o
meu nome àqueles cinco que entraram na História, e com
mais fortes argumentos, se me autorizam a modéstia.*

José Saramago¹.

*Vouloir-écrire et non pas désir d’écrire, car il ne s’agit
pas d’affection mais de liberté et de devoir.*

Jacques Derrida².

* IHC/Universidade Nova de Lisboa e CEIS 20/Universidade de Coimbra.

As pesquisas que consubstanciaram na realização deste artigo contaram com o apoio da bolsa de investigação da Fundação Calouste Gulbenkian.

1 Saramago reverbera um certo epigrama (aquando da sua visita a Cabo Verde) relativamente ao labiríntico equívoco do achamento das ilhas em que se encontravam ainda imiscuídos os mestres cabo-verdianos: «Quanto aos seus descobridores, ou achadores, parecia que as brumas do pátrio hino, que então aprendíamos também, haviam invadido a memória dos mestres, e tanto nos falavam do veneziano Cadamosto como do genovês Nola, com uns portugueses naturais de permeio, Vicente Dias, Diogo Gomes e Diogo Afonso, mas com poucas certezas. Esta ciência onomástica e toponímica sobejava para a aprovação final, se as quatro operações aritméticas, ou os quebrados e decimais, por mal dominados, não impusessem contra nós o benévolo júri.» José Saramago, «Caboverdiando», *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Ano VI, n.º 200, 5 a 11 de maio, 1986, 32. O mesmo texto foi reproduzido, anos mais tarde, num outro número do mesmo jornal: *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Ano XVIII, n.º 731, 14 de outubro, 1998, 28-29.

2 Jacques Derrida, *L’Écriture et la différence* (Paris: Éditions du Seuil, 2014 [1967]), 24.

Introdução

O que é que as discussões entre os historiadores detêm de precário e vertiginoso, capaz de transfigurar a indeterminação de certos factos históricos em matéria mnemónica quase crepuscular? A comodidade narrativa. O aparato lógico que a operação narrativa esboça é capaz de artifícios funcionais prodigiosamente hábeis: além de secretar incorporações erróneas, associadas a um determinado facto, ela pode também ocultar o labirinto de conteúdos incoerentes e espúrios deliberadamente anacrónicos. Jogo de omissão voluntária? Não. Reabilitações. Arranjos. Expedientes que computam a trama silenciosa dos factos. Ora, este artigo debruça-se sobre a problemática da escrita da história da ‘descoberta’ de Cabo Verde: trata-se, pois, de colocar em pauta a forma como diferentes historiadores escreveram acerca do achamento das ilhas daquele arquipélago oeste-africano. A nossa exegese aqui sonda as operações escriturárias que fixaram as coordenadas cronológicas, temáticas e nominativas em torno daquele acontecimento. Atentaremos ainda o nosso escopo analítico na averiguação dos processos de construção da «poética do saber» (para usar uma expressão de Jacques Rancière), isto é, na elucidação das regras segundo as quais um determinado saber se escreve, se lê e se constitui como um género de discurso específico; mas também nos expedientes que essa mesma poética agencia para definir o modo de verdade a que se dedica para validar ou invalidar a sua pretensão científica³. Neste sentido, o nosso protocolo hermenêutico trilha a exumação de textos dos historiógrafos, das escolhas heurísticas que presidiram à construção das suas hipóteses e, por fim, identifica a forma como eles adestraram provas, exercitaram enunciados e cotejaram fontes suscetíveis de validar as suas averiguações.

O teor da querela em torno deste tema é considerável. Denso. E em algumas ocasiões, as conjeturas foram exercitadas com uma certa felicidade de linguagem. A escrita da história oficial do achamento das ilhas de Cabo Verde herdou boa parte da sua leitura dalgumas pre-

3 Jacques Rancière, *Les Mots de l'histoire. Essai de poétique du savoir* (Paris: Éditions du Seuil, 2014 [1992]), 20.

sunções herdadas da pena desses mesmos estudiosos. Socorrendo-se de ilustrações estribadas nas fontes escritas, a nossa hipótese não constitui uma conjectura indefensável. Os indícios disponíveis até hoje sugerem dúvidas acerca da data e das circunstâncias em que os navegadores deram a conhecer aquele arquipélago oeste-africano. Só isso, já de si, parece tornar a tarefa historiográfica laboriosa e, porventura, até inútil. Conjugadas, estas duas circunstâncias não só dificultaram a heurística posta em ação por diversos historiógrafos, como também limitaram o alcance da interpretação, tornando precário e incompleto o conhecimento daquele facto histórico. Perante este quadro, impõem-se desde logo várias advertências para que o leitor incauto se aperceba da delicadeza da questão, mesmo quando nos debruçamos sobre documentos coevos.

Primeiro: no rasto dos indícios escriturários existentes, não faltam interpolações tardias dos copistas. Segundo: os diversos elementos apócrifos deformam a veracidade das narrações acerca do ato da ‘descoberta’. Terceiro: as fontes mais críveis (ou consideradas como tal, mas que pecam igualmente por omissão de certos detalhes e pela ausência de alguns informes determinantes) são os documentos da chancelaria régia⁴. Quarto: todos os restantes relatos de presumíveis autores do feito (só se conhecem as narrações de Luís de Cadamosto e as de Diogo Gomes, como veremos) encontram-se embrenhados num espesso manto de neblina que, com efeito, não permite determinar com provas irrefutáveis

4 Os documentos da chancelaria régia são omissos relativamente a três coordenadas essenciais: *i*) quanto à data da chegada dos primeiros navegadores ao arquipélago; *ii*) quanto às datas do achamento de cada uma das ilhas; e *iii*) somente dois nomes se afiguram como autores oficiais do achamento das ilhas: António de Noli e Diogo Afonso. Cf. «Doação Régia ao Infante D. Fernando (3-12-1460)», «Doação das Ilhas de Cabo Verde ao Infante D. Fernando (19-9-1462)», «Carta de Doação ao Infante D. Fernando (29-10-1462)» e «Carta de D. Manuel a D. Branca de Aguiar (8-4-1497)», in *Monumenta Missionaria Africana, África Ocidental (1342-1499)*, Segunda Série, Vol. I, Coligida e Anotada pelo Padre António Brásio (Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1958), respetivamente, 409-10, 415-16, 423-24 e 579-80; «Carta régia de 29 de Outubro de 1462», in *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, Volume III, Organização e notas de Vitorino Magalhães Godinho (Lisboa: Edições Cosmos, 1956), 295-96. Com base nas transcrições do padre António Brásio, alguns desses documentos foram posteriormente reproduzidos na *História Geral de Cabo Verde – Corpo Documental*, Volume I (Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/Direcção do Património Cultural de Cabo Verde, 1988), 17-18 e 107.

os verdadeiros contornos do empreendimento da ‘descoberta’⁵. Dentro destes condicionalismos, nenhum rigor absoluto está garantido. As investigações mais diligentes conseguiram apenas estabelecer aproximações plausíveis, exercitar enunciados, articular hipóteses pertinentes e estabelecer sùmulas analíticas finas e arrumadas. O propósito deste artigo não é resolver o enigma que envolve as coordenadas do facto histórico acima referenciado; nem subtrair as suas zonas de sombra. O nosso foco analítico trilha uma outra orientação hermenêutica, de certo modo até inversa: perscrutar a construção do facto histórico do achamento a partir do olhar dos historiadores que o construíram narrativamente, inclusive até como matéria mnemónica, publicamente memorável.

A radiografia histórica desses debates permite dar conta dos posicionamentos que, ao longo do tempo, permearam as discussões dos diferentes autores cujos empreendimentos escriturários se focaram sobre a questão; no mesmo enlace, possibilita trazer à superfície as fendas epistemológicas, os eufemismos ocultos, os enredos ideológicos e a fabricação do consentimento com base no qual foi construída a memória oficial do achamento. E não só: como demonstraremos, o mito de fundação da colónia e da sociedade colonial cabo-verdiana é também tributário desse mesmo discurso memorial revigorado pela instituição comemorativa oficial que, em 1960, celebrou o quinto centenário do arribo dos exploradores portugueses àquelas ilhas africanas. O achamento passa então a traduzir a simbologia idiomática de acontecimento marcante, singular: a sua referencialidade reconfigura a pauta da recordação coletiva da fundação, como também institui o referencial genealógico-identitário a partir do qual uma determinada rēcita coteja o tempo primordial dessa

5 De entre os relatos dos presumíveis protagonistas do achamento das ilhas constam essencialmente os escritos de Diogo Gomes e de Luís de Cadamosto: «De Prima Inuentione Gujnee» e «Relações do Descobrimento da Guiné de Diogo Gomes», in *Monumenta Missionaria*, Segunda Série, Vol. I, 150-81 e 182-213, respetivamente; Vitorino Magalhães Godinho, *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, Volume III (Lisboa: Edições Cosmos, 1956), 98-227; *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra* (Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1948), 157-60; Damião Peres, «Notas Históricas», in *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra* (Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1948), 185-96; Diogo Gomes, «As Relações do Descobrimento da Guiné e das Ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde», Versão do Latim por Gabriel Pereira, *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 17.^a Série – 1898-1899, n.º 5 (1900): 267-93. Foi esta versão que, acompanhada de ligeiras notas, o padre A. Brásio reproduziu posteriormente no *Monumenta Missionária*.

ocorrência e organiza a ordem do seu relato, pressupondo com isso que num dado momento algo surgiu pela primeira vez e se manteve, dali em diante, como acontecimento inapagável. Como afirmam Gilles Deleuze e Félix Guattari, o que a história apreende do acontecimento é a sua efetuação em estados de coisas ou no vivido; mas o acontecimento no seu devir, na consistência própria da sua auto-posição como conceito, escapa à história na medida em que o conceito diz o acontecimento, mas não a essência ou a coisa⁶. Então, aqui o conceito de ‘descoberta’ (que em seu sentido pleno, como demonstra Vitorino Magalhães Godinho, integra as ilhas desertas⁷) acaba por transcrever a ideia que pronuncia o conhecimento das ilhas cabo-verdianas, porém sem dizer nem explicitar com limpidez a essência, a factualidade e as circunstâncias do facto propriamente dito.

A escrita da história da ‘descoberta’: genealogia de um debate (ainda) inconcluso

Traçar a história da história da ‘descoberta’ de Cabo Verde implica percorrer os textos de diferentes historiadores, que se entregaram à tarefa heurística de elucidar os meandros que envolvem a questão. Uma genealogia dos discursos historiográficos permite compreender, com maior proveito, os jogos de poder e os campos de força das instituições metropolitanas e coloniais na fixação do discurso oficial sobre a história das ilhas e, conseqüentemente, na prescrição do mito de fundação da colónia a partir de uma progénie de matriz marcadamente lusitana. A tarefa genealógica (corporizada sob forma de récitas históricas) é, como sugere Michel Foucault, a de fazer com que a grandeza dos acontecimentos e dos homens passados caucionem o valor do presente, legitimem os rituais de poder e justifiquem a continuidade

6 Gilles Deleuze e Félix Guattari, *Qu'est-ce que la philosophie?* (Paris: Les Éditions de Minuit, 2005 [1991]), 26 e 112.

7 Vitorino Magalhães Godinho, *O Papel de Portugal nos Séculos XV-XVI. Que Significa Descobrir? Os Novos Mundos e um Mundo Novo* (Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1994), 18-19.

do seu domínio sobre os homens⁸. Antes de trilharmos o diagnóstico desta genealogia historiográfica, no entanto, importa colocar em pauta algumas informações preliminares. Associados à ‘descoberta’ de Cabo Verde figuram nomes de diferentes protagonistas, correspondendo cada um deles a cronologias totalmente distintas: Vicente Dias (1445), Luís de Cadamosto, também conhecido como Alvise de Cá da Mosto (1456), António de Noli, Diogo Gomes (1460) e Diogo Afonso (1461-1462).

A construção do debate sobre o achamento de Cabo Verde remonta à primeira metade do século XIX. Em 1842, o Visconde de Santarém (1791-1855)⁹ publica uma extensa investigação histórica, amplamente documentada, arguindo diferentes teses sobre a presença europeia em África antes e depois do século XV. Cotejando fontes, perscrutando relatos e guarnecendo-se nas crónicas legadas pelos coevos, Santarém refuta, na mesma esteira, todos os considerandos que punham em causa a prioridade histórica dos portugueses na exploração da costa ocidental africana e terras situadas além do cabo Bojador¹⁰. Dois anos depois, José Joaquim Lopes de Lima (1797-1852) trilha nos *Ensaios...* algumas das averiguações já avançadas por Santarém. Aquele não esconde que este fora um dos autores de que se munira para construir as suas argumentações¹¹. A incursão heurística de Santarém tangia demonstrações globais relativas à primazia dos portugueses no conhecimento da costa ocidental africana, porém sem focalizar o escopo na problemática do descobrimento das ilhas de Cabo Verde. Quem o faz é Joaquim José Lopes de Lima.

8 Michel Foucault, «Il Faut défendre la société». *Cours au Collège de France. 1976* (Paris: EHESS/Gallimard/Seuil, 1997), 58-59.

9 Visconde de Santarém era historiador, diplomata e estadista português. De nome Manuel Francisco de Barros e Sousa da Mesquita de Macedo de Leitão e Carvalhosa (1791-1856), ele ficou notabilizado para a posteridade como 2.º Visconde de Santarém. Sobre esse autor, veja-se Daniel E. Protásio, *Pensamento histórico e ação política do 2.º Visconde de Santarém (1809-1855)*, (s.l: Edição de autor, 2016).

10 Vicomte de Santarem, *Recherches sur la Priorité de la Découverte des Pays Situés sur la Cote Occidentale D’Afrique, au-delà du Cap Bojador, et sur les Progrès de la Science Géographique, Après les Navigations des Portugais, au XV^e Siècle* (Paris: La Librairie Orientale de V^e Dondey-Dupré, Libraire des Sociétés Asiatique et Ethnologique, 1842).

11 J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das Possessões Portuguezas no Ultramar*, Livro I, *Das Ilhas de Cabo Verde e suas Dependências* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1844), X.

Refira-se desde já que, antes do exímio trabalho de Lopes de Lima, alguns escritos tinham mencionado (embora de forma epidérmica) o achamento das ilhas cabo-verdianas por alguns navegadores portugueses e um hipotético povoamento da ilha de Santiago antes da arribada dos primeiros colonizadores europeus. Reportemos então, por ordem cronológica, alguns desses escritos. Em 1784, a *Notícia Corográfica e Chronológica do Bispado de Cabo Verde* averbava que António de Noli, Vicente de Lagos e Luís de Cadamosto avistaram no dia primeiro de maio de 1445 quatro ilhas do arquipélago: Boavista, Maio, Santiago e S. Filipe, ou do Fogo. Por seu turno, em 1818 (atendendo à data do prefácio), Manuel Roiz Lucas de Sena assina uma *Dissertação* que, apesar de não mencionar o nome de nenhum descobridor específico, aponta a data de 1449 (convicção indocumentada porque não referencia a fonte) como ano da ‘descoberta’ e povoamento das ilhas de Cabo Verde pelos portugueses¹². Pelos textos, a especulação começara já a trilhar o seu cortejo. Em 1841, um outro estudioso retoma o assunto: José Conrado Carlos de Chelmicki (1814-1890), um dos autores da *Corografia Cabo-Verdiana* (compêndio que colige um conjunto diversificado de elementos históricos, etnográficos, físicos e geográficos acerca do arquipélago), imputa simultaneamente a três navegadores – o português Vicente de Lagos, o veneziano Luís de Cadamosto e o genovês António de Nolle – a notabilidade de serem os primeiros descobridores de quatro ínsulas cabo-verdianas em maio de 1446, nomeadamente *Boa-Vista, Maio, Santiago* e *S. Filipe*. Chelmicki desdobra também outras conjeturas que, com efeito, não documenta: alude à lenda de uma ocupação das ilhas anterior à chegada dos portugueses, mas considera que a colonização só começa com o estabelecimento das primeiras famílias portuguesas em 1460. E afirma que aquele arquipélago era conhecido por alguns dos distintos geógrafos e naturalistas da Antiguidade, nomeadamente

12 M. R. Lucas de Senna, *Dissertação sobre as Ilhas de Cabo Verde 1818*, Anotações e comentários de António Carreira (Mem Martins: 1987), 27 e 28; *Notícia Corográfica e Chronológica do Bispado de Cabo Verde desde o Seu Princípio até o Estado Presente*, Apresentação, notas e comentários de António Carreira (Lisboa/Praia: Edição do Instituto Caboverdeano do Livro, 1985), 19-20.

Estrabão, Plínio e Ptolomeu¹³. Em 1841, um outro documento, o Índice *Chronologico das Navegações, Viagens, Descobrimientos, e Conquistas dos Portuguezes nos Paizes Ultramarinos*, elenca Luís de Cadamosto e António de Noli como primeiros mareantes a abordar quatro ilhas cabo-verdianas, em julho de 1446: *Boa-vista, Santiago*, provavelmente *S. Filippe* e *S. Christovão*, que também se chamou do *Sal*¹⁴.

Além de informações comprovadamente erradas que saltam à vista, esses trabalhos não dissecaram (do ponto de vista historiográfico) os aspetos mais imediatos (simples ou candentes) relacionados com a temática do achamento das ilhas. Resumiram-se unicamente ao intento do inventário, de nomear, porém sem adestrar provas. Deste ponto de vista, José Joaquim Lopes de Lima é (ou pode ser considerado) o primeiro ou um dos primeiros estudiosos a trazer para a arena do debate historiográfico o problema da ‘descoberta’ daquele território insular oeste-africano. Nas primeiras páginas do seu estudo, dado a lume em 1844, Lopes de Lima apresenta o genovês António de Noli como o primeiro descobridor das ilhas de Cabo Verde. Tal se deu, segundo Lima, a 1 de maio de 1460, quando (ao serviço do Infante D. Henrique) Noli «teve a boa fortuna [...] de descobrir em um só dia [...] tres Ilhas das mais meridionaes do Archipelago de Cabo-Verde: *Maio, S. Thiago, e Fogo* (ou *S. Filippe*, que é ainda hoje a invocação da sua Villa capital) [...]: à primeira deu o nome do mez; e repartiu entre as outras duas os nomes dos Santos Apostolos, que a Igreja nesse dia venera juntos»¹⁵. Antes de prosseguirmos a nossa incursão analítica, passemos pelo crivo da crítica histórica estas últimas afirmações de Lopes de Lima. Afirmar que Noli encontrou três ilhas no dia acima referido e que nomeou a primeira com a designação do mês, e às duas restantes com os dias comemorativos do calendário religioso é um acrescento do próprio Lopes de Lima, provavelmente influenciado pelos escritos do historiador

13 J. C. Carlos de Chelmicki, *Corografia Cabo-Verdiana ou Descrição Geographico-Historica da Provincia das Ilhas de Cabo-Verde e Guiné*, Tomo I (Lisboa: Typ. de L. C. da Cunha, 1841), 2-5.

14 *Indice Chronologico das Navegações, Viagens, Descobrimientos, e Conquistas dos Portuguezes nos Paizes Ultramarinos desde o Princípio do Século XV* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1841), 34. Os itálicos são do original.

15 Lima, *Ensaíos*, Livro I, Segunda Parte, Capítulo I, 3.

quinhentista português João de Barros (c.1496-1570). Tanto assim é que João de Barros legou tais informes na sua *Década I*, publicada em 1552¹⁶. Entretanto, há um traço curioso em tudo isso: não se conhece de António de Noli nenhuma narrativa em que este relate a sua viagem¹⁷.

Retomemos o fio da discussão precedente. Lopes de Lima não se limita a averiguar e a sugerir o nome do descobridor das primeiras ilhas do arquipélago cabo-verdiano. Ele parte também para a refutação de outras teses, nomeadamente a que considerava que o descobrimento começou pela ilha da *Boa Vista* em 1446, protagonizado pelo navegador português Vicente Dias, conhecido também como Vicente de Lagos¹⁸. À luz da documentação, pode-se apurar que esta ideia (fácil de ser rebatida) foi transmitida pela crónica de Damião de Góis (1502-1574) publicada em 1567, praticamente mais de um século depois do início da expansão marítima e do conhecimento das ilhas de Cabo Verde. Não obstante, Góis aponta o ano de 1445 como o da descoberta de Cabo Verde e imputa confusamente o feito a Vicente Dias, Cadamosto e Atonieto de Nolle (António de Noli). Ora, Góis não só se equivooca na cronologia das viagens (sobretudo nas de Cadamosto, que só acontecem em 1455 e em 1456), como também na data da doação das ilhas ao Infante D. Fernando, após a morte do irmão deste, o Infante D. Henrique (que só morre a 13 de novembro de 1460), cujo falecimento ele aponta

16 João de Barros, *Ásia, Primeira Década* (Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988), 64.

17 Segundo Brásio (opinião idêntica tinha sido já avançada pelo estudioso cabo-verdiano Júlio Monteiro Júnior), nos arquivos portugueses e italianos nada foi encontrado que revele relato seu, quer do descobrimento que lhe é atribuído, quer dos seus trabalhos de colonizador. As fontes escritas oficiais mais antigas onde Noli aparece laconicamente nomeado como um dos descobridores de algumas ilhas cabo-verdianas são as cartas régias datadas de 19 de setembro de 1462 e de 8 de abril de 1497 (esta última o cita, inclusive, como quem «ha dita ilha [de Santiago] achou, e começou a pouorar». Outro documento escrito onde ele figura mencionado é também a memória de viagem de Diogo Gomes que cita Noli, por um lado, como seu companheiro de navegação em 1460 e, por outro, como capitão donatário da ilha de Santiago. *História Geral de Cabo Verde – Corpo Documental*, Volume I, 107; António Brásio, «Descobrimto/Povoamento/Evangelização do Arquipélago de Cabo Verde», *Separata de STVDIA – Revista Semestral*, n.º 10 (Julho 1962): 79; Júlio Monteiro, «A Descoberta das Ilhas de Cabo Verde é ainda um Problema», *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXIII, n.º 261 (Março 1947): 34-35; «Relações do Descobrimto da Guiné de Diogo Gomes», «Doação das Ilhas de Cabo Verde ao Infante D. Fernando (19-9-1462)» e «Carta de D. Manuel a D. Branca de Aguiar (8-4-1497)», in *Monumenta Missionaria*, Segunda Série, Vol. I, 203-04, 415-16 e 579-80, respetivamente.

18 Lima, *Ensaio*, Livro I, 1844, XI. *Boa Vista* em itálico no original. Grafamos Boa Vista ou Boavista, conforme se afigura nas fontes que citamos. Ambas as formas gráficas aparecem no texto desse autor.

erradamente para 1440¹⁹. E se a *Crónica dos Feitos da Guiné* escrita por Gomes Eanes de Zurara (uma das fontes coevas que expõem as incursões dos exploradores portugueses enviados pelo Infante ao longo da costa africana) termina a descrição dos feitos dos exploradores em 1447, porém sem se referir ao ato do achamento do arquipélago de Cabo Verde, logo pode-se deduzir que esse silêncio da *Crónica* de Zurara refuta tacitamente o achamento das ilhas cabo-verdianas na data acima referida por Damião de Góis, ou seja, 1445. Sendo assim, como Vitorino Magalhães Godinho afirma, «afastemos resolutamente Góis como fonte para um descobrimento em 1445»²⁰.

Lopes de Lima submeteu também à arguição uma outra conjectura: a que atribuía ao veneziano Luís de Cadamosto a primazia no achamento de quatro ilhas cabo-verdianas, em maio de 1456. Cadamosto descreve assim o seu abordo: «à primeira ilha onde desembarcámos, pusemos nome Ilha de Boa Vista, por ter sido a primeira vista de terra naquelas partes; e à outra, que nos parecia a maior de todas quatro, pusemos nome Ilha de Santiago, porque no dia de S. Filipe e Tiago fomos a essa ilha lançar âncora»²¹. Em relação às restantes, ele não menciona nomes, o que nos leva a pressupor que se tratava daquelas (Maio e Fogo, por exemplo) que jazem próximas da Ilha de Santiago, onde Cadamosto afirma ter lançado âncora. Ora, o navegador veneziano faz menção ao achamento de quatro ilhas, mas lendo de perto a sua

19 Graça A. Rodrigues, *Crónica do Príncipe D. João, de Damião de Góis*, Edição Crítica e Comentada, 1.^a Edição em Português (Lisboa: Edição Universidade Nova de Lisboa, 1977), 26.

20 Vitorino M. Godinho, *Documentos*, 274; Gomes E. de Zurara, *Crónica dos Feitos da Guiné*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1949. Damião de Góis sabia da existência da crónica de Gomes E. de Zurara, mas é aceite entre os autores, inclusive pelo próprio Góis, que aquando da redação da sua *Crónica do Príncipe D. João*, a *Crónica da Guiné* de Gomes E. de Zurara encontrava-se desaparecida. A *Crónica da Guiné* relata as expedições realizadas pela costa africana entre 1433-1448. Recorde-se que o manuscrito de Zurara só foi redescoberto em Paris, séculos mais tarde, em 1837. A partir de 1841, por intermédio de Visconde de Santarém e com base no códice de Paris, a *Crónica da Guiné* começa a ser novamente divulgada em Portugal. Cfr. Gomes Eanes de Zurara, *Chronique de Guinée (1453)*, Traduction & Notes de Léon Bourdon, Préface de Jacques Paviot (Paris: Editions Chandeigne – Librairie Portugaise, 2011 [1994]), 7-49; Rodrigues, *Crónica*, LXIV; António J. D. Dinis, *Vida e Obras de Gomes Eanes de Zurara*, Vol. I – *Introdução à Crónica dos Feitos de Guiné* (Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1949), IX-XXII; Lima, *Ensaio*, Livro I, Segunda Parte, Capítulo I, 1844, 4.

21 *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra* (Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1948), 160.

relação de viagem pode-se facilmente inferir que ele faz alusão (distraidamente) a cinco. Atentemos na sua narração: «descobrimos *duas* grandes ilhas; [...] fizemo-nos na volta de terra para *uma* dessas ilhas. Em pouco tempo, dela nos aproximámos. Chegados a ela, parecendo-nos grande, corremo-la por algum tempo, à vista de terra, até que chegámos a um lugar que nos parecia ser bom pouso, e aí lançámos âncora; [...] na manhã seguinte [...], mandei que [...] homens [...] subissem a essa ilha por uma parte que era montuosa e alta bastante, a ver se achariam qualquer coisa, ou se veriam outra ilha [...]. E, do alto, houveram vista de *três* outras grandes ilhas, das quais não havíamos vista»²². Do exposto fica rigorosamente claro que o cômputo da narração de Cadamosto nos leva a concluir por um total de cinco ilhas avistadas. Afinal, qual seria a outra (já que, como o próprio afirma, «descobrimos duas grandes ilhas»), mas tendo feito «na volta de terra, para [apenas] uma dessas ilhas»²³? Sobre esse assunto, a fonte jaz num sepulcro absoluto, pois o testemunho escriturário que ele legou deixa (contraditoriamente) em silêncio o ato da nomeação, o que impossibilita responder de forma cabal qual seria essa quinta ilha.

Tudo quanto acabámos de expor passou completamente ao lado da análise contundente e atenta de Lopes de Lima. A crítica deste incidiu essencialmente em rebater as contradições inerentes à segunda viagem de Cadamosto pela costa africana, realizada em 1456, contestando-lhe a façanha de ter sido o descobridor de Cabo Verde. Ora, as suas objeções sediavam esses entendimentos: pôs à prova a incoerência da data da chegada daquele ao arquipélago no primeiro dia do mês de maio de 1456²⁴; não admitiu como provável que, perante um eventual achamento das ilhas na data acima referida, inclusive num tempo de tanto empreendimento expansionista e colonizador, aquelas terras «ficassem esquecidas

²² *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, 157-60. Itálicos nossos.

²³ *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, 57-158.

²⁴ Tudo indica que a descoincidência cronológica entre a suposta data da partida (em maio de 1456) e a presumível chegada ao arquipélago (supostamente em princípios do mesmo mês) resulta de um equívoco que, posteriormente, aparece corrigido e emendado pela edição das *Viagens* publicada pela Academia Portuguesa da História. Em vez de princípios de maio, a data da partida de Lagos (Portugal) é reportada para princípios de março de 1456. Cf. *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, 160 e 157.

por cinco anos, e sem se mandarem a ellas povoadores»; considerou contraditórios e exagerados alguns episódios relatados pelo veneziano, designadamente a existência de um grande rio de água doce na ilha de Santiago, onde poderia entrar um navio de 150 tonéis; cotejou a presunção de se avistar a ilha de Santiago a partir da de Boavista, sugerindo igualmente que desta última só se divisa a sombra da ilha do Maio, mas em presença de tempo muito claro; afirma ainda que «na Torre do Tombo, rica em documentos dessa época, se não encontra um só com referência às Ilhas de Cabo Verde anterior a Dezembro de 1460»²⁵.

Segundo diferentes autores, o relato das viagens de Cadamosto pela costa de África foi publicado em Vicenza, Itália, em 1507²⁶. A data da publicação dista quase meio século depois da documentação régia portuguesa cancelar o conhecimento de todas as ilhas cabo-verdianas. Provavelmente, o ímpeto de divulgar por escrito o itinerário e a memória das suas viagens (computando neste caso a proeza do achamento de algumas ilhas) deveu-se à importância, ou seja, à «fama» (como afirma Cadamosto²⁷) que estas últimas passaram a ser objeto, precisamente depois de terem sido conhecidas. Para Lopes de Lima, não foi Cadamosto «quem descobriu as Ilhas de Cabo Verde», nem o primeiro a aportar em Santiago. «Foi pois a Ilha de S. Thiago (ou S. *Jacobo*) descoberta no 1.º de Maio de 1460 (juntamente com as do Maio (ou *Mayas*), e S. Filippe do Fogo) por o nobre Genovez Mice Antonio de Nolle, acompanhado de seus dous sobrinhos Bartholomeu, e Rafael de Nolle; e suspeito que dous dias depois quando ía já de volta demandando a Costa de Guiné, descobriu a 3 de Maio a *Ilha de S. Christovão*, que veio depois a ser chamada Ilha da Boa Vista»²⁸. Para além das objeções supracita-

25 Lima, *Ensaios*, Livro I, Segunda Parte, Capítulo I, 1844, p. 4.

26 Víctor M. de M. Fernandes, «O *Itinerarium Portugallensium*. As Viagens de Luís de Cadamosto (1455-1456)» (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998); Mariana Lagarto, «Descobrimento do Arquipélago de Cabo Verde», in *Dicionário de História dos Descobrimientos Portugueses*, Volume I, dir. Luís de Albuquerque (Lisboa: Círculo de Leitores, 1994), 150; Luís de Matos, «Introdução», in *Itinerarium Portugallensium* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992), XI-LXXVII; Augusto Reis Machado, «Introdução», in *Viagens de Luís de Cadamosto* (Lisboa: Portugalíia Editora, s.d.), 11-18.

27 *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, 159.

28 Lima, *Ensaios*, Livro I, Segunda Parte, Capítulo I, 1844, pp.4-7. Os itálicos são do original.

das, Lopes de Lima combate a «opinião» (do seu ponto de vista) «infundada» segundo a qual a Ilha de Santiago se encontrava já povoada aquando da chegada dos primeiros navegadores portugueses. Esta ideia vinha (ou, pelo menos, parecia ser já recorrente) desde o século XVIII. Tal notícia vem coligida na compilação (de autoria incerta) publicada em 1784 com o título de *Notícia Corográfica e Chronológica do Bispado de Cabo Verde* e foi igualmente ventilada pelos escritos do naturalista régio João da Silva Feijó (1760-1824) que, entre 1783 e 1796, deambulou em expedições pelas diferentes ilhas de Cabo Verde²⁹.

Novos elementos heurísticos e velhas discórdias hermenêuticas

Em 1850, José Maria de Souza Monteiro (1810-1881) colige, para o *Diccionario Geographico das Provincias e Possessões Portuguezas no Ultramar*, alguns informes sobre o arquipélago de Cabo Verde. Ele conhecia os trabalhos de Lopes de Lima (a que aliás recorre várias vezes para cotejar alguns rudimentos coloniais de índole mais estatística). Todavia, quando se tratou de indagar acerca do conhecimento remoto das ilhas cabo-verdianas pelos exploradores portugueses, Souza Monteiro não seguiu pelo mesmo diapasão do autor de *Ensaios*. Limitou-se a expor, de forma ligeira, duas opiniões mais recorrentes: uma que remetia para 1445 a hipótese de um descobrimento das ilhas de Boa Vista, Sal, Maio, Santiago e Fogo, entre os dias 1 e 3 de maio daquele ano (esta era, segundo ele, «a opinião mais seguida»); e uma segunda que apontava que a «descuberta tivesse começado em 1460 pelas Ilhas

²⁹ João da S. Feijó, *Ensaios e Memórias Económicas sobre as Ilhas de Cabo Verde (Século XVIII)*, Apresentação e Comentários de António Carreira (Praia: Instituto Caboverdeano do Livro, 1986), 1-2; *Notícia Corográfica e Chronológica do Bispado de Cabo Verde desde o Seu Princípio até o Estado Presente*, Apresentação, notas e comentários de António Carreira (Lisboa/Praia: Instituto Caboverdeano do Livro, 1985), 20; Lima, *Ensaios*, Livro I, Introdução, 1844, XI. Veja-se ainda a esse respeito Elisa Andrade, *As Ilhas de Cabo Verde. Da «Descoberta» à Independência Nacional (1460-1975)* (Paris: L'Harmattan, 1996); António Carreira, *Cabo Verde: Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)* (Praia: Instituto Cabo-Verdeano do Livro, 1983. Sobre as expedições do naturalista J. da Silva Feijó veja-se *De Cabo Verde para Lisboa: Cartas e Remessas Científicas da Expedição Naturalista de João da Silva Feijó (1783-1796)*, Vol. I e Vol. II, coord. de Ana C. Roque e Maria M. Torrão (Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2013, 2014).

do Maio, Santiago e Fogo no dia 1 de Maio deste anno». Curioso é que ambos os juízos, mesmo estando nas antípodas um do outro, situam coincidentemente no mês de maio o ato do descobrimento³⁰.

Contudo, um elemento novo introduzido em 1868 reconfigura por completo toda a ordem narrativa do debate. O escritor inglês Richard Henry Major (1818-1891) deslindou indícios até então desconhecidos, nomeadamente a memória de viagem do navegador português Diogo Gomes. Este, na sua relação, presta-se a afirmar que, acompanhado por António de Noli, na viagem de regresso da costa africana em direção a Portugal, viram umas ilhas no mar, tendo sido ele (Diogo Gomes) o primeiro a aproximar-se de uma delas, o primeiro a lançar âncora (o mesmo fez António) e, igualmente, o primeiro nela a entrar em terra. «Querendo ir para Portugal com vento contrário fui parar às Ilhas Açores. António de Noli ficou na Ilha da Madeira; com tempo melhor chegou a Portugal antes de mim e pediu ao rei a capitania da Ilha de Santiago que eu tinha descoberto; o rei deu-lha e ele manteve-a até morrer»³¹. Com base nos relatos de Diogo Gomes, Richard Major reabre então a controvérsia do achamento das ilhas cabo-verdianas. Ele conhecia os escritos de Lopes de Lima, escritos esses que, com efeito, elogia. Tal como Lima, Major também passa pelo escrutínio da crítica o texto narrativo das viagens de Luís de Cadamosto e, do labor analítico prestado às relações de Diogo Gomes, redireciona a sua análise para conclusões até então nunca observadas: a honra da ‘descoberta’ das primeiras ilhas do arquipélago cabo-verdiano pertence ao português Diogo Gomes, mareante ao serviço do Infante D. Henrique, pois foi ele quem lançou âncora pela primeira vez na ilha de Santiago, em 1460. Major guarneceu o seu diagnóstico histórico com informações provenientes dos fólios então redescobertos, contendo o relato das expedições de Diogo Gomes³².

30 José M. de S. Monteiro, *Diccionario Geographico das Provincias e Possessões Portuguezas no Ultramar* (Lisboa: Typographia Lisbonense, 1850), 179-80.

31 Diogo Gomes de Sintra, *Descobrimento Primeiro da Guiné*, Edição Crítica de A. Nascimento, Introdução Histórica de Henrique P. Rema (Lisboa: Edições Colibri, 2002), 91.

32 Richard H. Major, *The Life of Prince Henry of Portugal Surnamed The Navigator and its Results: Comprising the Discovery, Within One Century, of Half the World* (London: A. Asher & CO., 1868), 277-segs.

A memória dessas expedições passou à consideração dos tempos modernos na sequência da primeira edição, reproduzida em 1847, do designado *Códice de Valentim Fernandes* (conjunto de textos manuscritos referentes aos descobrimentos portugueses coligidos pelo tipógrafo alemão Valentim Fernandes). Redescoberto na Biblioteca Real e Pública de Munique em 1845, a divulgação desse documento ecoou rapidamente em Portugal e, em dezembro de 1848, estavam já terminadas as diligências formais de transladação do original para o português; em novembro de 1850, nos donativos da Academia das Ciências de Lisboa, Portugal contava já com uma cópia do supracitado *Códice*³³. A novidade da hermenêutica histórica posta em marcha por Richard Major em 1868 era uma consequência do conhecimento proporcionado pelo *corpus* documental das novas fontes então difundidas. Esta tarefa heurística permitiu adicionar mais um nome (Diogo Gomes) à galeria dos presumíveis descobridores; e por dedução dos esclarecimentos prestados pela relação de viagem, pode-se admitir que o espaço onde Diogo Gomes ancorou foi a Ilha de Santiago. Entretanto, a mesma relação deixa em silêncio absoluto o dia concreto em que tal abordo se deu, assim como o nome (ou nomes) das restantes ilhas que aquele navegador declara ter visionado.

As elucidações de Richard Major e de Lopes de Lima geraram novas interpelações, não tanto a nível de uma exegese crítica documentalmente fina, mas sobretudo em termos de recomposição de novos contributos informativos que trouxeram à tona. Por exemplo, o compêndio analítico que Emiliano Augusto de Bettencourt (1825-1886) escreve em

33 A tarefa da edição do *Códice de Valentim Fernandes* deveu-se ao investigador alemão J. A. Schmeller, e as diligências para a sua tradução em português contaram com o auxílio e o labor paleográfico do então empregado da Biblioteca Real e Pública de Munique, Marquês de Resende. Aventa-se como hipótese que, pelo fim do século XV, Diogo Gomes terá ditado as suas viagens e aventuras ao cosmógrafo alemão Martin de Behaim ou Martinho da Boémia, que as escreveu em latim. E Valentim Fernandes Alemão transcreveu-as na sua coleção de notícias sobre os descobrimentos portugueses. Veja-se, entre outros, Helga M. Jüsten, *Valentim Fernandes e a Literatura de Viagens* (Lagos: Câmara Municipal de Lagos/Comissão Municipal dos Descobrimientos, 2007); Sintra, *Descobrimento Primeiro*, 7-48; Maria I. T. Rodrigues, «O Códice de Valentim Fernandes: Um Texto Interdisciplinar em Estudos Portugueses» (Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta, 2000); *Códice de Valentim Fernandes, Leitura Paleográfica, Notas e Índice* de José P. da Costa (Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1997); *Actas das Sessões da Sociedade Real das Sciencias de Lisboa*, n.º VI (1850): 260-61.

1881-1882 apoia-se amplamente nesses dois historiógrafos. Bettencourt descerra o assunto com a afirmação segundo a qual António de Noli foi quem descobriu, nos primeiros dias de maio de 1460, três ilhas do arquipélago de Cabo Verde: Maio, Santiago e Fogo, ou S. Filipe. E, fazendo uma súpula dos diferentes argumentos apresentados por Lopes de Lima e por Richard Major, Bettencourt demonstra estar claramente em concordância com as interpretações do primeiro (que aliás ele segue de perto) e em oposição com os juízos do segundo que, com efeito, consigna a Diogo Gomes a façanha de ser o verdadeiro descobridor daquelas ilhas³⁴.

Na verdade, a introdução do nome de mais um hipotético descobridor das primeiras ilhas – Diogo Gomes – não matizou em nada a espessura da controvérsia. Prova-o precisamente o novo contributo trazido a lume em 1899 pelo oficial da armada e historiador Christiano José de Senna Barcellos (1854-1915). Conhecedor das crónicas portuguesas sobre a expansão marítima, das fontes da chancelaria régia e, igualmente, dos trabalhos de autores que lhe precederam (de entre eles Lopes de Lima), Senna Barcellos estava totalmente ciente da «perfeita discordância» inerente aos escritos até então produzidos sobre a ‘descoberta’ de Cabo Verde. Subjacente a essa afirmação (que era já de si uma postura epistemológica), antevê-se a pretensão de quem intentava ir mais longe nas apreciações, trilhar pistas mais arrojadas e concatenar resultados até então não indagados. Para Barcellos, é «incontestável que Antonio da Noli foi um dos descobridores»; a afirmação é suportada pela recorrência à carta régia de 19 de setembro de 1462, onde cinco ilhas aparecem como tendo sido achadas por aquele navegador genovês³⁵. No rasto de Lopes de Lima e de Richard Major, o autor de *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné* também não considera crível a narrativa de viagem de Luís de Cadamosto, impugnando-a com várias objeções, muitas delas até fáceis de deslindar:

34 E. A. de Bettencourt, *Descobrimientos, Guerras e Conquistas dos Portuguezes em Terras do Ultramar nos Séculos XV e XVI* (Lisboa: Lith. Matta & Comp., 1881-1882), 57-67.

35 Christiano J. de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné – Memória Apresentada à Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Parte I (Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1899), 7-15.

era o caso, por exemplo, da denominação de Ilha de Boavista à terra que o veneziano afirma ser o nome por ele atribuído à primeira ínsula onde desembarcou. Para aquele oficial da armada e historiador, esta designação estava em desacordo total com o que vinha mencionado nos diplomas régios da época, onde aquela aparece sempre referenciada como Ilha de Sam Christovam³⁶. As restantes teses concernentes ao achamento não ficaram isentas de crítica: a que dava a Vicente Dias ou a Diniz Fernandes a precedência do achamento; e a que considerava a ilha de Santiago povoada aquando da chegada dos navegadores ou povoadores europeus³⁷.

Sem grande esforço, podemos perceber que Senna Barcellos confere credibilidade total às relações de viagem de Diogo Gomes, deixando com isso subentendido que este devia entrar para a galeria dos descobridores do arquipélago, tal como António de Noli. O único «ponto muito escuro» prendia-se com o dia do achamento e a ausência do nome das outras ilhas que o nauta português afirma ter avistado³⁸. Mas é justamente aqui, na tentativa de superar esse nó górdio lacunar, que Senna Barcellos avança com uma das suas hipóteses historiográficas mais arrojadas: precisar os nomes, o mês e o dia em que as ilhas foram avistadas. Fá-lo combinando as informações estampadas nos diplomas régios (de 19 de setembro e 29 de outubro de 1462, que dão a conhecer a designação de todas as ilhas do arquipélago) com as inferências extraídas da provável relação existente entre o nome de cada uma delas e as respetivas comemorações do dia santo a que faziam referência. Senna Barcellos ordena assim a sua conjectura: se Santiago foi descoberta no dia do santo, entretanto, o relato de Diogo Gomes não explicita «se o dia santo é o que se comemora em 1 de maio ou se a 25 de julho. No

36 Barcellos, *Subsídios*, 10-11. José J. Lopes de Lima afirma que a ilha da Boavista aparece pela primeira vez com esse nome em 1497. Lima, *Ensaio*, Livro I, Segunda Parte, Capítulo I, 1844, p. 8. Esta informação não está correta, carece de emenda. Por um lado, porque o documento que Lopes de Lima cita não faz qualquer alusão à ilha da Boa Vista; por outro, contrariamente à informação prestada por este autor, o aparecimento do nome de ilha da Boa Vista é bem anterior a 1497, tal como atesta uma carta régia datada de maio de 1490. Cf. «Carta de D. Manuel a Rodrigo Afonso (14-1-1484 e 29-10-1497)» e «Carta de D. Manuel a Rodrigo Afonso (31-5-1490)», in *Monumenta Missionária*, Segunda Série, Vol. I, 521-24 e 573 respetivamente.

37 Barcellos, *Subsídios*, 12-14 e 20-28.

38 Barcellos, *Subsídios*, 16.

primeiro é S. Filippe e S. Thiago e no segundo é S. Thiago e S. Cristovam. Qual foi, pois, o mez em que se fez a descoberta?». A sua resposta inclina-se convictamente para o dia 1 de maio, «pela simples razão de que S. Thiago Menor, patrono da ilha, é comemorado n’aquella data. [...]. O nome de Maio, dado a uma das ilhas, mais corrobora a nossa opinião, e a de S. Christovam talvez o tomasse por este santo ser comemorado juntamente com S. Thiago, ou porque a descoberta se desse em 25 de julho, o que não nos parece crível, pois n’este caso, teríamos de aceitar como exacta a narrativa de Cadamosto, e por consequência o achipelago descoberto em 1457, o que não é veridico. A ilha Lhana assim se denominou por ser plana, porém em 1462, reconhecendo-se que ella possuia sal em abundância passou a ter o nome de Sall»³⁹.

Mesmo adestrando hipóteses arrojadas, Senna Barcellos embrenha-se em elucubrações sem, no entanto, conseguir lançar luz de forma cabal na correlação estabelecida entre o achamento, a nomeação das ilhas e as cronologias a elas associadas. A intenção de colocar sob suspeita os relatos de Cadamosto e exonerá-lo de todo o protagonismo é nítida. Todavia, não é nisso que reside o nó górdio da questão. O problema maior reside nos questionamentos que uma leitura atenta e fina do texto pode suscitar: será que a inclinação convicta da ‘descoberta’ a 1 de maio quer denotar que todas essas ilhas foram encontradas no mesmo dia, ou no decorrer desse mesmo mês? Por que motivo Senna Barcellos omite a ilha do Fogo (ou Sam Filipe) desse diagnóstico histórico dos primeiros achamentos, quando esta aparece sempre mencionada como parte integrante do grupo das primeiras ilhas encontradas? A omissão é diáfana. Mas era voluntária? Não sabemos. Os indícios do texto não adestram pistas que corroborem, com limpidez, a legitimidade dessa suspeita.

O livro *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné* comporta ainda uma outra novidade. Se a carta régia de 19 de setembro de 1462 que computava o nome de todas as ilhas do arquipélago⁴⁰ já era

39 Barcellos, *Subsídios*, 16.

40 *História Geral de Cabo Verde – Corpo Documental*, Volume I, 17.

conhecida por alguns historiógrafos (tanto é que Lopes de Lima a cita em 1844), entretanto foi Senna Barcellos quem deu a conhecer o nome do descobridor oficial das restantes ínsulas: foi ele quem publicou pela primeira vez a carta de doação datada de 29 de outubro de 1462, onde consta o nauta (Diego Affonso) que achou as outras sete ilhas de Cabo Verde, a saber: «Brava, Sam Nycollao, Sam Vicente, Raza, Branca, Santa Luzia e Santo António»⁴¹. A importância desta revelação superou a lacuna em torno de um tópico até então desconhecido que, inclusive, o próprio Lopes de Lima (mesmo com todos os seus expedientes heurísticos e esforços interpretativos) não conseguira aclarar, pois este, além de não precisar datas, limitou-se a declarar conclusivamente que tais ilhas foram conhecidas antes de 1465⁴². Mas a investida de Senna Barcellos não se conteve unicamente nesse desvendamento. Ele sabia (e assumiu-o sem hesitação) que não se pode marcar com rigor a data da ‘descoberta’ de cada uma das ilhas mencionadas. Mas mesmo diante dessa carência, Barcellos não deixou de exercitar enunciados e de pôr à prova, com uma narrativa extremamente sóbria, os limites da sua interpretação. Neste enlace, ele sugeriu o seguinte: «no mez de dezembro, a 6 e 13, são os dias de S. Nicolau e S.t^a Luzia, no intervallo appareceram os ilheus Branco e Razo, e em janeiro, a 17 e 22, são os dias de S.t^o Antão e S. Vicente. Temos, portanto, que se a descoberta de S. Nicolau e S.t^a Luzia se fez em dezembro de 1461, as de S.t^o Antão e S. Vicente foram em janeiro de 1462. [...] A denominação dada á ilha Brava ou Braba, não nos dá margem a considerações algumas, e os das ilhas Branca e Raza, que são seus ilheus, provem da primeira ter manchas esbranquiçadas, e de ser baixa a segunda relativamente á primeira»⁴³.

Portanto, a diagnose conclusiva de Senna Barcellos é esta: as primeiras ilhas cabo-verdianas foram encontradas por António de Noli e

41 Barcellos, *Subsídios*, 17.

42 Barcellos, *Subsídios*, 17. Sem conseguir elucidar este assunto, Lopes de Lima remeteu-o para o âmbito das conjecturas («de que o leitor pôde escolher») e para o domínio dos Tratados de Geografia. Quando muito, aventura-se em especulações que, provavelmente, as ilhas teriam sido ‘descobertas’ conjuntamente antes de 1465. Cf. Lima, *Ensaíos*, Livro Primeiro, Introdução, Livro II, Capítulos IV-IX, 1844, XI-XII e 37-72, respetivamente.

43 Barcellos, *Subsídios*, 19.

Diogo Gomes em 1460 e as do segundo grupo foram encontradas por Diogo Afonso entre 1461 e 1462. Só em parte a eleição de Diogo Gomes e António de Noli como primeiros descobridores não constitui uma novidade exclusiva das inquirições históricas de Senna Barcellos. Só em parte porque Richard Henry Major e Ernesto Vasconcellos (1852-1930), respetivamente em 1868 e 1896 (embora não com o mesmo teor de detalhe heurístico), tinham já inclinado as suas predileções conclusivas para aqueles dois exploradores⁴⁴. Mas Senna Barcellos foi um dos primeiros ou mesmo o primeiro historiador a discernir com relativa clareza – entenda-se, à luz da documentação régia, normalmente tida como mais credível – «que a descoberta do archipelago de Cabo Verde se realizou entre 1460 a 1462»⁴⁵. Partindo do pressuposto que as ilhas ostentam nomes de santos que a igreja comemora, e presumindo o pouco afastamento temporal existente entre os dias das suas respetivas evocações, ele lançou com erudita ousadia uma nova presunção interpretativa nunca antes cotejada.

Governar dissonâncias e emular a estética do consentimento

Autores (portugueses e estrangeiros) publicados ao longo da primeira metade da centúria seguinte vieram argumentar a favor de Luís de Cadamosto como primeiro conhecedor das ilhas cabo-verdianas⁴⁶. Ora, as perspetivas que vieram compagnar as anteriores (já aqui exumadas) só demonstram que os estudiosos que se aventuraram a pronunciar sobre a ‘descoberta’ durante as décadas de 1920 e de 1930 conheciam as filigranas do debate. Alguns desses escritos, porém, não estavam munidos de suficiente ousadia heurística para superar as sinuosidades teórico-analíticas da contenda associada à ‘descoberta’. Sete fragmentos comprovam

44 Ernesto J. de C. e Vasconcellos, *As Colonias Portuguezas: Geographia Physica, Politica e Economia* (Lisboa: Typographia da Companhia Nacional Editora, 1896), 13; Major, *The Life of Prince*, 277-segs.

45 Senna Barcellos, *Subsídios*, 17.

46 Fontoura da Costa, *Cartas das Ilhas de Cabo Verde de Valentim Alexandre (1506-1508)* (Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1939), 10-11; G. R. Crone, «Introduction,» in *The Voyages of Cadamosto*, Translated and edited by G. R. Crone (London: Printed for The Hakluty Society, 1937), xxxvi-xlii; Rinaldo Caddeo, *Le Navigazioni Atlantiche di Alvise Da Cà Da Mosto* (Milano: Edizioni “Alpes” Milano, 1928), 106.

a nossa asserção. O primeiro data de 1928. Trata-se de um estudo de Rinaldo Caddeo em que este, sem se imiscuir na polémica (mas ilustrando algumas fendas das diferentes narrativas), projeta sobre António de Noli a glória do achamento⁴⁷. O segundo, pelo seu lugar de fala, parece ser mais paradigmático. Trata-se de um texto ensaístico do professor e poeta cabo-verdiano José Lopes (1872-1962), trazido a lume em março de 1929 num dos órgãos mais importantes da propaganda colonial, o *Boletim da Agência Geral das Colónias*. O poeta limita-se a citar Diogo Gomes e António de Noli como descobridores e perlustradores das ilhas, o que significa que os resultados das inquirições realizadas desde meados do século XIX já eram conhecidos entre alguns letrados da colónia. José Lopes não examina o achamento, nem discorre sequer uma só linha sobre a fisionomia da disputa em que estiveram envolvidos os mais solícitos estudiosos. Em contrapartida, ele elogia ostensivamente (em plural majestático) a epopeia expansionista lusíada (que ele designa de «nossas navegações»), os nautas (que ele adjectiva de «nossos famosos navegadores, ou pilotos ao serviço de Portugal») e as consequências decorrentes da ‘descoberta’: a ocupação, a colonização, o império e a ação colonial portuguesa no arquipélago⁴⁸. O terceiro registo escrito data de 1931 e vem da pena de um exímio publicista da propaganda colonial portuguesa, Armando Zuzarte Cortesão (1891-1977). Com mais largueza descritiva, Cortesão elenca alguns tópicos (presentes nas memórias de viagens de Diogo Gomes e de Cadamosto) e opta por um remate que, sem dúvida, predispõe a nacionalizar o achamento das ilhas, pois lega unicamente ao explorador português a autoria da gesta⁴⁹.

O quarto exemplo vem das mãos de um historiador inglês, estudioso de assuntos históricos portugueses, Edgar Prestage (1869-1951). Prestage, em 1933, dá a lume uma obra descritiva dos descobrimentos, onde narra diferentes temas, entre eles o achamento das ilhas cabo-verdianas. O historiador abrevia o nó górdio da polémica e, inclusive, evita-o tanto

47 Rinaldo Caddeo, *Le Navigazioni*, 101-10.

48 José Lopes, «Arquipélago de Cabo Verde», *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano V, n.º 45 (Março 1929): 204-14.

49 Armando Z. Cortesão, «Subsídios para a História do Descobrimento da Guiné e de Cabo Verde», *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano VII, n.º 76 (Outubro 1931): 3-39.

quanto possível. Evita-o (comprovadamente, sabemos-lo pelas fontes que cita) pois transcorre as memórias de viagens conhecidas (de Gomes e de Cadamosto), as notícias dos cronistas e algumas referências régias e remata que os testemunhos dos documentos não permitem decidir a controvérsia⁵⁰. O quinto fragmento data de 1935 e é da autoria do poeta e capitão do exército Augusto Casimiro (1889-1967). Este atribui a Diogo Gomes e António de Noli o conhecimento primeiro das ilhas de Cabo Verde, em maio de 1460. Tendo em conta o encanto discursivo com que Casimiro sempre aportuguesou a representação colonial dos cabo-verdianos⁵¹, não será difícil perceber que ele estava longe de atribuir outra genealogia histórica ao conhecimento das ilhas que não fosse a de índole lusíada. O sexto exemplo é-nos disponibilizado desde 1937 pelo texto de Franco Machado. Sem argúcia especulativa (nem tentativa de explicar ou esclarecer os factos), Machado sedeia o achamento das ilhas nas figuras de Noli e Gomes, situando-o (mera presunção) como tendo ocorrido em 1457. Entretanto, para mitigar a lacuna da suposição, socorre-se da ideia tida como certa que, pelo menos até 1460, cinco ilhas já eram conhecidas⁵². Finalmente, o sétimo fragmento: em 1939, Manuel Múrias dispõe em livro os episódios da expansão e, abstraindo-se totalmente das contendas, cita Diogo Gomes e Diogo Afonso como descobridores do arquipélago de Cabo Verde, respetivamente, nos anos de 1460 e 1461-1462. Entretanto, num outro opúsculo datado do mesmo ano, Múrias volta a emparceirar ambos mas, desta vez, suplementa a prioridade de Gomes com documentação que agraciava António de Noli como navegador sobre quem recaíra a recompensa régia do achamento⁵³.

50 Edgar Prestage, *Descobrimientos Portugueses* (Porto: Edições da 1.^a Exposição Colonial Portuguesa, 1934), 113-14 e 131-34; Edgar Prestage, *The Portuguese Pioneers* (London: A. & C. Black LTD, 1933).

51 Augusto Casimiro, «Ilhas Crioulas,» *Cadernos Coloniais*, n.º 3 (1935): 7. Sobre a relação de A. Casimiro com Cabo Verde, veja-se Sérgio Neto, *Colónia Mártir, Colónia Modelo: Cabo Verde no Pensamento Ultramarino Português (1925-1965)* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009), 129-33; Augusto Casimiro, *Portugal Crioulo* (Lisboa: Edições Cosmos), 1940.

52 Franco Machado, «Exploração ao longo da costa ocidental de África até 1460», in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Volume I, dir. António Baião e Hernâni Cidade (Lisboa: Editorial Ática, 1937), 310.

53 Manuel Múrias, *Portugal: Império 1939* (Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1939), 82-83; Manuel Múrias, *Cabo Verde – Memória Breve* (Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1939), 17-23.

Em 1938, Abel Fontoura da Costa (1869-1940) traz a lume revelações colhidas perto de F. C. Wieder (1874-1943), um dos historiadores da cartografia que, tendo analisado a Carta de Andrea Bianco, datada de 1448, confiara-lhe em Amsterdão que a ilha de Santiago fora descoberta ocasionalmente em 1445 por Vicente Dias, quando este, na sua caravela, regressava da costa africana. Bianco, segundo Wieder, teve conhecimento deste descobrimento e colocou a ilha na sua carta de 1448. E Vicente Dias, durante a viagem de 1455 realizada na companhia de Luís de Cadamosto, contou-lhe o descobrimento que fizera nove anos antes. Este, entretanto, na relação das suas duas viagens a África, chamou a si a autoria do achamento das primeiras ilhas cabo-verdianas, colocando-o na segunda viagem (1456), quando nem ali estivera. Para Wieder, Cadamosto devia ter tido conhecimento da viagem de Diogo Gomes e António de Noli, efetuada em 1460, por isso empreendeu também a narrativa dos seus cometimentos náuticos e expansionistas. Assim posta a questão, Fontoura da Costa parece concordar com os argumentos daquele que, no seu parecer, era o maior historiador da cartografia africana: «A interessantíssima opinião do professor Wieder é de aceitar, mesmo porque, por motivos ignorados, o descobrimento de 1445 pode ter ficado reservado – mesmo naturalmente para os secretos informadores de Bianco. Então, Diogo Gomes teria sido apenas o redescobridor; mas as honras do descobrimento oficial continuam a pertencer a António de Noli»⁵⁴. Na colónia, em Cabo Verde, tais ideias tiveram a sua devida receção. Um articulista do jornal *Notícias de Cabo Verde* dava como estabelecida a história e, pródigo de entusiasmo, antevia para 1945 o júbilo histórico das comemorações dos quinhentos anos do descobrimento do arquipélago⁵⁵.

54 A. Fontoura da Costa, «Sobre uma nova versão do descobrimento da ilha de Santiago de Cabo Verde.» *Separata das “Memórias”* (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1938), 5. Segundo Damião Peres, a hipótese do Prof. Wieder, embora nova na complexidade da ideação, não o é quanto à identificação da ínsula da carta de Bianco como sendo uma das de Cabo Verde, pois já em 1881 Theobald Fisher tinha feito o mesmo. Damião Peres, «Notas Históricas,» in *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, 192.

55 A. M., «A Ilha de Sant'Iago foi descoberta em 1445 e não em 1460,» *Notícias de Cabo Verde – Órgão Regionalista Independente*, Ano VIII, n.º 180, 1 de Dezembro, 1938, 2.

Na verdade, só uma convicção indocumentada (sem adstração de provas) pode alimentar a ideia (comprovadamente falsa) que Fontoura da Costa assimilou, sem contestação, o raciocínio de Wieder. Em 1939, um ano depois de ter exposto os argumentos deste último, ele recolhe e confronta os apontamentos da *Crónica* de Zurara com a documentação régia e, simultaneamente, com as relações de viagens de Gomes e Cadamosto. Ora, na contramão das opiniões daquele historiador da cartografia, Fontoura inclina-se para Diogo Gomes como o descobridor das ilhas cabo-verdianas, sem deixar de considerar António de Noli como descobridor oficial, unicamente porque o nome deste consta nas cartas de doação datadas de 19 de setembro de 1462 e de 8 de abril de 1497, que o mencionavam como tal⁵⁶. Todavia, em 1940, na sua comunicação apresentada no Congresso do Mundo Português, Fontoura resume assim a questão, demarcando o conceito de ‘descobridor’ em duas categorias: *histórico* e *oficial*. Insere Vicente Dias na primeira, atribuindo-lhe apenas o achamento da ilha de Santiago em 1445; integra Diogo Gomes igualmente na mesma categoria como novo *descobridor histórico* em 1460 de mais quatro ilhas mais orientais; e a António de Noli designa de *descobridor oficial* das cinco ilhas mais orientais do arquipélago de Cabo Verde⁵⁷.

Apesar de tudo o que acabámos de expor, certamente que incorreríamos em erro se pensássemos que, por essa altura (1939-1940), a tendência para fixar numa figura portuguesa a prioridade do achamento das ilhas já se impunha como discurso dominante. Não. Um opúsculo do historiador e geógrafo português José de Oliveira Boléo (1905-1974), publicado em 1939, indefere a veracidade das *Relações* de viagem de Diogo Gomes (que considera «confusas, pretendendo o seu autor, deveras blasonador e vaidoso, atribuir a si glórias que a outros cabem»); e concede ao genovês António de Noli e ao veneziano Luís de Cadamosto toda a autoridade do achamento das quatro primeiras

⁵⁶ Costa, *Cartas das Ilhas*, 7-20.

⁵⁷ A. Fontoura da Costa, «Descobrimientos portugueses no Atlântico e na costa ocidental africana do Bojador ao Cabo de Catarina,» in *Congresso do Mundo Português*, III Volume, Tomo 1.º, I Secção: *Descobrimientos Marítimos* (Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, 1940), 266-71.

ilhas cabo-verdianas, durante a viagem realizada em 1457. Argumento semelhante (mas distinto em termos de cronologia) exarou também, em 1941, o historiador português Duarte Leite (1864-1950), emparceirando Cadamosto e António de Noli no conhecimento das primeiras ilhas, nos anos de 1455 e 1456. Deste modo, conclui que a pretensão narrativa de Diogo Gomes era de rejeitar em face da palavra oficial⁵⁸.

Quase um século depois das primeiras pesquisas eruditas de Lopes de Lima, nada permitia formar uma opinião segura a respeito da autoria do primeiro descobrimento das ilhas cabo-verdianas. É nesses termos que, em 1943, o historiador Damião Peres arruma sinteticamente a questão. Preocupado em apurar os factos concernentes à expansão portuguesa, Peres acantona nos documentos oficiais, passa em revista as principais perspectivas historiográficas e conclui: «o ano de 1460 e a parçaria Gomes-Noli são, entre tôdas as soluções propostas, as preferíveis»⁵⁹. Esta dedução, entretanto, não se impôs nem como desenlace inovador, nem como apuramento heurístico dominante. Isto porque: *i*) em 1947, o advogado cabo-verdiano Júlio Monteiro Júnior, numa palestra realizada no âmbito dos festejos municipais comemorativos da descoberta da ilha de Santiago fez uma sùmula dos diversos pontos de vista que enformavam o «problema» (como o próprio chamou) da «descoberta das ilhas de Cabo Verde»; *ii*) em 1955, o escritor José Osório de Oliveira subscrevia a mesma perspectiva, mas matizando o problema com o argumento de que não valia a pena priorizar nem Diogo Gomes nem António de Noli, mas tão-somente admitir que tal descobrimento deve ser visto dentro do plano das navegações henriquinas, o que é a mesma coisa que trazer para o campo português toda a legitimidade da memória histórica daquele acontecimento; *iii*) em 1956, Vitorino Magalhães Godinho situou em maio de 1456 a descoberta das ilhas do grupo oriental (Santiago, Fogo e Maio) por António de Noli e, em julho do mesmo ano, a redescoberta de Santiago e descoberta de Boavista por

58 Duarte Leite, *Coisas de Vária História* (Lisboa: Seara Nova, 1941), 132-38; J. de Oliveira Boléo, «O Descobrimento e os Descobridores das Ilhas de Cabo Verde,» *Separata do Petrus Nonius*, Vol. II – Fasc. 3 (1939): 10.

59 Damião Peres, *História dos Descobrimentos Portugueses* (Pôrto: Portucalense Editora, 1943), 139.

Cadamosto⁶⁰; e *iv*) em 1960, no ano das comemorações centenárias henriquinas e do meio milénio do achamento do arquipélago, o historiador português Jaime Cortesão (1884-1960) conclui o primeiro volume de *Os Descobrimentos Portugueses*, obra monumental que, além de analisar vários temas do expansionismo lusíada, vinha também desconcertar certas teses, inclusive algumas delas tidas na altura como unânimes, relativamente à questão da prioridade dos portugueses no conhecimento remoto das ilhas cabo-verdianas⁶¹.

O argumento de Cortesão a esse respeito não reside na denegação do papel dos portugueses ou dos nautas que, ao serviço de Portugal, contribuíram para inserir o arquipélago de Cabo Verde na história da expansão lusíada. O seu foco é outro: a subtração da originalidade portuguesa em arribar àquele espaço insular oeste-africano. Para Cortesão, pelo menos duas ilhas mais orientais do arquipélago, a do Sal e Boavista, eram conhecidas dos povos fronteiros da costa ocidental africana, dos árabes e figuravam na cartografia medieval, o que antecipa (no tempo) o reconhecimento das mesmas para períodos bem anteriores daqueles normalmente referidos pelas relações de viagens e pelos documentos régios portugueses⁶². Recorde-se que, em 1935 e 1939, respetivamente, a mesma suspeita (acerca do conhecimento das ilhas antes dos portugueses) tinha sido já alvitrada por autores como Auguste Chevalier e Simão Barros, tendo este decalcado de perto as sugestões daquele. Se

60 Vitorino Magalhães Godinho, *Documentos*, Vol. III, 295; José O. de Oliveira, *As Ilhas Portuguesas de Cabo Verde* (Porto: Campanha Nacional de Educação de Adultos, 1955), 15; J. M. Júnior, «A Descoberta das Ilhas de Cabo Verde é ainda um Problema,» *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXIII, n.º 261 (Março, 1947): 30-44.

61 Data de 1958 o anúncio do empreendimento desta obra e a redação da mesma. Os primeiros ensaios escritos começaram a sair ao público em fascículos ainda nesse mesmo ano e, em 1960, o primeiro volume ficou concluído. Com a morte de Jaime Cortesão, a 14 de agosto de 1960, o segundo volume só foi editado postumamente em 1962, cabendo aos historiadores Vitorino Magalhães Godinho e Joel Serrão a tarefa da recolha e da organização de textos escritos anteriormente. Veja-se José Manuel Garcia, «Apresentação,» in *Obras Completas de Jaime Cortesão, Os Descobrimentos Portugueses – I* (Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990), IX-XXV.

62 Jaime Cortesão, *Os Descobrimentos Portugueses*, Volume I (Lisboa: Arcádia, 1960), 47-52 e 358-60. Segundo José M. Garcia, a consideração segundo a qual as ilhas de Cabo Verde seriam do conhecimento dos árabes na Idade Média constituía uma de entre várias hipóteses em que Cortesão se aventurou a formular, entretanto, sem poder prová-la com devido rigor. Garcia, «Apresentação,» XXI-XXII.

relativamente a esse ponto o litígio parecia dar asas a especulações de vária ordem, era consensual que foram os portugueses a empreender a colonização e o povoamento do arquipélago⁶³.

No campo de produção de narrativas históricas, como Michel-Rolph Trouillot argumenta, história e poder revelam-se em cumplicidades habilidosas: a história é fruto do poder⁶⁴. Com isso pretendemos asseverar que o contexto das comemorações do quinto centenário do achamento das ilhas de Cabo Verde constituiu o momento espaço-discursivo mais oportuno para o acolhimento e a divulgação de perspetivas analíticas menos polémicas, porém não menos simplistas. Foi nesse âmbito que, como veremos a seguir, as conferências do padre António Brásio realizadas em Cabo Verde em 1960, integradas naquelas festas centenárias, influíram no alinhamento interpretativo do discurso historiográfico que passou a vigorar como consentimento e versão histórica oficial sobre o achamento⁶⁵. Segundo Brásio, António de Noli e Diogo Gomes foram os verdadeiros exploradores que primeiro trouxeram à consideração dos modernos o conhecimento daquele arquipélago oeste-africano. Para demonstrar a sua asserção, aquele historiador perfilha as informações da documentação oficial (que cita unicamente o nome do genovês como ‘descobridor’ e primeiro capitão-donatário de Cabo Verde), mas também aceita como «relato sincero» a narrativa em que Diogo Gomes afirma ter sido ele (na companhia de Noli) o primeiro a lançar ferro em Santiago. Ao mesmo tempo, Brásio tenta deslindar a ausência do nome do navegador português na ocupação das primeiras ilhas cabo-verdianas, elencando os pretensos encargos com que este se encontrava tomado junto da corte régia, aquando da nomeação de António de Noli como capitão-donatário de Santiago e do prelúdio da colonização a

63 Simão Barros, «Origens da Colónia de Cabo Verde,» *Cadernos Coloniais*, n.º 56 (1939): 7-8; Auguste Chevalier, «Les Iles du Cap Vert. Géographie, biogéographie, agriculture. Flore de l’Archipel,» *Revue de Botanique Appliquée et d’Agriculture Coloniale*, 15e année, bulletin n.º 170-171 (Octobre-novembre, 1935): 752-55.

64 Michel-Rolph Trouillot, *Silencing the Past: Power and the Productions of History* (Boston: Massachusetts, Beacon Press, 1995), xix.

65 Em 1960, Brásio profere em Cabo Verde, nomeadamente na ilha de Santiago e na de São Vicente, uma série de conferências sobre o achamento. *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, Ano XI, n.º 131 (1 de agosto, 1960): 38; *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, Ano XI, n.º 129 (1 de junho, 1960): 25.

partir de 1462⁶⁶. Mas esse argumento não consegue sustentar-se se a crítica histórica levar até às últimas consequências as reivindicações presentes na memória descritiva da viagem de Diogo Gomes, onde este reclama para si a autoria do achamento.

Admitamos que a ‘descoberta’ tenha ocorrido em maio de 1460, tal como Brásio defende. Que provas ou dispositivos heurísticos mobilizou para validar a sua tese, a de deferir a Diogo Gomes a autoria na ‘descoberta’ das primeiras ilhas? Contraditoriamente, a memória de viagem daquele navegador e o diploma régio de 19 de setembro de 1462. Se o relato de Diogo Gomes sugeria «algumas considerações críticas» (como o próprio Brásio admitia⁶⁷), no diploma régio, em contrapartida, não abundam esclarecimentos avulsos, e jazem nas suas entrelinhas várias omissões diáfanas, derradeiramente desarmantes: *i*) porque o documento só cita explicitamente o nome de António de Noli como descobridor oficial das primeiras cinco ilhas cabo-verdianas encontradas ainda em vida do Infante; *ii*) porque a prova régia não faz qualquer menção a Diogo Gomes, nem sequer sugere o nome deste como colaborador daquele, portanto considerar que «Noli foi companheiro de Gomes no descobrimento» e que tal constitui «facto que ninguém contesta»⁶⁸ é forçar os limites da suposição histórica para além (diríamos até na contramão) dos indícios mais admissíveis sugeridos pela própria fonte, que apontava o nome do descobridor oficial⁶⁹; *iii*) porque o navegador português declara ter visto «ilhas ao mar» (sem citar nomes) e que só lançou âncora na ilha de Santiago, «e o mesmo fez António», mas a fonte régia indica um total de cinco ilhas como sendo já conhecidas em 1460⁷⁰. A pergunta que fica por responder é esta: mesmo não aspirando recompensas (provavelmente pelos encargos a que esteve incumbido na

66 António Brásio, «Descobrimento/Povoamento/Evangelização do Arquipélago de Cabo Verde.» *Separata de STVDIA – Revista Semestral*, n.º 10 (Julho, 1962): 71-75.

67 Brásio, «Descobrimento/Povoamento», 70.

68 Brásio, «Descobrimento/Povoamento», 71.

69 Brásio, «Descobrimento/Povoamento», 71; «Doação das Ilhas de Cabo Verde ao Infante D. Fernando (19-9-1462),» in *Monumenta Missionária*, Segunda Série, Vol. I, 415-416.

70 «Relações do Descobrimento da Guiné de Diogo Gomes» e «Doação das Ilhas de Cabo Verde ao Infante D. Fernando (19-9-1462),» in *Monumenta Missionária*, Segunda Série, Vol. I, 202-04 e 415-16, respetivamente.

corte⁷¹), o que explica a ausência total do nome de Diogo Gomes, da sua nomeação na galeria régia, como um dos ‘descobridores’ daquelas ilhas? Brásio defende ainda que o descobrimento encetado por Diogo Gomes se deu no dia 1.º de maio de 1460, no entanto nem na narração deste nem na prova régia já referida existem informações suscetíveis de corroborar essa suspeita⁷².

Consentimento, verdade histórica (mutilada) e história oficial

Não foram só os expedientes historiográfico-linguísticos e as operações político-simbólicas intrínsecas ao centenário de 1960 que ajudaram a fixar o nome de Diogo Gomes e a data de 1460 como coordenadas matriciais do achamento. Algumas diligências precederam ligeiramente aquele centenário. Na segunda metade da década de 1950, as autoridades coloniais do arquipélago assumiram publicamente aquelas referências, expondo-as sem embaraço, mesmo quando nalguns escritos publicados na metrópole (por autores como Henrique Galvão e Carlos Selvagem ou o geógrafo Orlando Ribeiro e outros) imperavam diversas indefinições sobre o assunto⁷³. Os discursos oficiais explanados em 1955 por ocasião da visita do então Presidente da República Portuguesa, Craveiro Lopes, a Cabo Verde constituem um excelente barómetro para apreciar a gradual incorporação pública das referencialidades acima citadas: o então governador da colónia, Manuel de Abrantes Amaral, assim como o Presidente Craveiro Lopes reiteraram publicamente as mesmas alusões relativas às coordenadas do descobrimento – 1460 e Diogo Gomes – e Craveiro Lopes prometeu oferecer à colónia um monumento para

71 Aurélio de Oliveira, «Diogo Gomes: Trato e diplomacia ao serviço da Expansão,» *Revista da Faculdade de Letras. História*, III Série, Vol. 3 (2002): 163-84.

72 Brásio, «Descobrimto/Povoamento», 71; «Relações do Descobrimto da Guiné de Diogo Gomes» e «Doação das Ilhas de Cabo Verde ao Infante D. Fernando (19-9-1462),» in *Monumenta Missionária*, Segunda Série, Vol. I, 202-04 e 15-416, respetivamente.

73 Orlando Ribeiro, «Primórdios da Ocupação das Ilhas de Cabo Verde,» *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*, Tomo XXI, 2.ª Série, n.º 1 (1955): 5-35; J. Inocêncio Silva, «Fragmentos históricos das ilhas de Cabo Verde,» *Revista de Cultura Lusitana*, n.º 14-15 (1955): 51-63; Henrique Galvão e Carlos Selvagem, *Império Ultramarino Português. Monografia do Império*, I Volume (Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1950), 31.

consagrar a memória daquele navegador, o que veio a consubstanciar-se, posteriormente, na inauguração de uma estátua de Diogo Gomes na ilha de Santiago em 1958, não deixando a mínima dúvida quanto à pertinência da questão já colocada acima em apreço⁷⁴.

Um outro pressuposto (alicerçado na concatenação de várias fontes) permite-nos apurar, de forma mais afinada, a instituição do ano e a preferência pelo nome do navegador supracitados. Em 1956, a italiana Tullia Gasparrini Leporace realizou e publicou em Itália uma exposição bibliográfica, documental e cartográfica cuja mostra se destinava a comemorar o quinto centenário da exploração atlântica e da ‘descoberta’ do arquipélago de Cabo Verde por Cadamosto. O historiador António Brásio noticiou algumas iniciativas italianas a reivindicar a primazia do veneziano no abordo àquelas ilhas atlânticas e em ter ensinado «os Portugueses a sulcar os mares... até às Índias»; mas o desconforto intelectual de Brásio vinha sobretudo da instrução que se estava a inculcar na mocidade estudiosa de Itália, segundo a qual «foram os italianos quem descobriu o mundo, e se outros dizem que alguma coisa fizeram, como os Portugueses e os Espanhóis, foram ainda os Italianos os seus mestres»⁷⁵. Esses discursos ecoaram tanto na metrópole (entre os membros da Sociedade de Geografia de Lisboa) como na colónia (entre os intelectuais nativos recrutados para a arena erudita das festas do centenário do achamento). Para eles, a investida comemorativa dos italianos parecia subtrair aos portugueses a honra histórica e a prioridade na ‘descoberta’ das ilhas cabo-verdianas⁷⁶. Logo, a injunção da data – 1460 – e de um descobridor português – Diogo Gomes – constituía não só um acréscimo memorial luso-nacionalista para combater as pretensões dos memorialistas italianos, mas também uma deliberação de natureza político-simbólica que devia passar a estabelecer-se como discurso oficial.

⁷⁴ *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, Ano IX, n.º 106 (1 de julho, 1958): 4-7; *Diário da Viagem Presidencial às Províncias Ultramarinas da Guiné e Cabo Verde em 1955*, Volume Segundo, coord. de Rodrigues Matias (Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1956), 26-29.

⁷⁵ Brásio, «Descobrimento/Povoamento», 76-77.

⁷⁶ Júlio Gonçalves, «Alvise Da Cà Da Mosto e o V Centenário Caboverdeano», *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Série 75.^a – n.º 10-12 (Outubro-Dezembro, 1957): 399-404.

Foi exatamente para fortalecer e referendar essa tese oficial que as comemorações de 1960 laboraram, sobretudo por intermédio dos intelectuais da colónia, esses manuseadores da erudição cujos ditos e escritos, por um lado, denegaram os considerandos históricos potencialmente antiportugueses sobre o achamento das ilhas e, por outro, convencionaram as ordenações formais da linguagem comemorativa propensa a nacionalizar a memória portuguesa da ‘descoberta’. Numa conferência pronunciada na Câmara Municipal da Praia por ocasião da abertura das Comemorações Henriquinas, Marques de Oliveira deixou o alvitre: «eternizámos já no bronze, para além da discussão em causa, o vulto de Diogo Gomes, e marcámos 1460 como ano do achamento»⁷⁷. Mas foi com Félix Monteiro (um desses doutos nativos da colónia, animadores da parte erudita das comemorações) que o exercício explanativo das informações até então conhecidas sobre o achamento teve o seu trato prolixo derradeiramente relevante. Numa prosa copiosamente proferida no Salão Nobre da Câmara Municipal da Praia no primeiro dia das comemorações do achamento, 1 de maio de 1960, Monteiro deslinda com notável capacidade de síntese as intrigas da questão: *i*) ele sumaria as sombras que inundam as circunstâncias da ‘descoberta’ (assunto já excessivamente retumbado ao longo deste capítulo); *ii*) sonda os lugares-comuns da controvérsia; *iii*) enfatiza as refutações (já adestradas por autores precedentes como Lopes de Lima e Sena Barcellos). Mas é sobretudo no seu reparo (pronunciado sob forma de advertência historiográfica) que Félix Monteiro abriga a sua investigação, conciliando-a com a predição nacionalista portuguesa requerida pela celebração colonial em questão: «Vale a pena contar a história a começar do princípio, já que Cadamosto está sendo rehabilitado afanosamente»⁷⁸.

A sua proposição (furtivamente positivista) – ‘contar a história a começar do princípio’ – remetia de forma subentendida para a ideia de se iniciar a genealogia da narração sempre a partir dos testemunhos

⁷⁷ Marques de Oliveira, «Cabo Verde na Obra do Infante,» *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, Ano XI, n.º 128 (1 de maio, 1960): 23.

⁷⁸ Félix Monteiro, «O Achamento de Cabo Verde,» *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, Ano XI, n.º 129 (1 de junho, 1960): 11.

escriturários de procedência lusa. Por um lado, porque, segundo ele, «não existem nos arquivos portugueses quaisquer documentos coevos que atestam a estadia de Cadamosto em Portugal, onde, ao que parece, permaneceu de Novembro de 1454 a Fevereiro de 1463»; por outro, considerava «tão flagrantes as inverosimilhanças e falsidades contidas no relato da sua segunda viagem, na parte respeitante a Cabo Verde, que é de estranhar que ainda haja quem acredite ter sido ele o descobridor das ilhas de Cabo Verde»⁷⁹. As ideias-mestras contidas nas preleções de ambos os autores foram reforçadas ulteriormente por duas conferências, uma realizada na ilha de Santiago a 25 de maio; e outra na de São Vicente a 6 de julho de 1960 pelo reverendo português António Brásio, que se deslocou à colónia exclusivamente para discorrer, como conferente, no programa das comemorações do meio milénio do achamento do arquipélago. As observações deste historiador, como vimos, pesavam a favor de Diogo Gomes e, com efeito, desauxiliava o protagonismo de Cadamosto. Brásio era já nessa altura um historiógrafo consagrado em Portugal, conhecido pela publicação sistemática de vários volumes de documentos relativos à história missionária portuguesa na África Ocidental. Logo, a sua notoriedade intelectual, assim como a autoridade simbólica que vinha do seu prestígio como membro da Academia Portuguesa da História, só vinha coroar as reflexões anteriormente expostas (a 4 de março e a 1 de maio daquele mesmo ano) pelos dois eruditos (Marques de Oliveira e Félix Monteiro) sobre os quais recaíram, na colónia, a tarefa de difundir, logo no prelúdio dos festejos, a perspetiva nacionalista luso-oficiosa do achamento⁸⁰.

Tudo isso prova, por exemplo, o quanto as indagações dos intelectuais cabo-verdianos estavam a dialogar com instituições oficiais metropolitanas como a *Academia Portuguesa da História* – o organismo que homologava a informação histórica considerada legítima – e com

79 Félix Monteiro, «O Achamento de Cabo Verde (Continuação)», *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, Ano XI, n.º 130 (1 de julho, 1960): 3-4.

80 *Notícias de Cabo Verde – Órgão Regionalista Independente*, Ano XXX, n.º 315, 10 de julho, 1960, 1-2; *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, Ano XI, n.º 129 (1 de junho, 1960): 21 e 25; *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, Ano XI, n.º 127 (1 de abril, 1960): 16-17.

saberes provenientes dos seus membros, numa afinidade correlativa de interlocução que, naquele contexto particular, esses autores estavam a operar no interior da própria colónia. E se o tema era já de si um acontecimento particular do qual emanava uma ampla generalidade, o melhor era abrigar as suas indeterminações junto das instâncias de validação do conhecimento autorizado. As conferências sobre o achamento desempenharam então um papel propedêutico-doutrinário de primeira importância na institucionalização da narrativa histórica elegida por Portugal e, com efeito, difundida por aqueles intérpretes coniventes com as determinações comemorativas oficiais adotadas⁸¹. Prestado tal aviso, pode dizer-se que as dissertações (tanto de Marques de Oliveira como de Félix Monteiro) não constituíam só um antagonismo explícito contra as tentativas forasteiras (entenda-se, não portuguesas) de reabilitar uma outra identidade narrativa para o achamento do arquipélago; elas permitiram também subscritar, na própria colónia, as coordenadas (sobretudo cronológicas e nominativas) que o idioma da gramática comemorativa prescreveu e reproduziu como história oficial da ‘descoberta’.

Em suma, a versão cultivada no âmbito das comemorações de 1960 foi a que se impôs como dominante e a que passou a vigorar no imaginário e nos discursos ordinários imediatos que explanam de forma abreviada a litania do achamento. Foi o que passou a ser repetido. Afinal, a «compulsão de repetição» é, segundo Régine Robin, a maneira específica de fazer o sujeito recordar, porém sem saber o que está verdadeiramente em jogo⁸²; acrescentaríamos ainda: sem saber os jogos de poder que tal repetição implica e requisita, principalmente quando se trata de impor como objetivas certas indeterminações históricas ou de fabricar memórias oficiais postas ao serviço do projeto imperial e

81 As conferências proferidas em Cabo Verde em 1960 deram lugar, dois anos depois, ao aparecimento de um artigo publicado na metrópole na revista *Studia* e reproduzido posteriormente na colónia, entre finais de 1962 e princípios de 1963. *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, Ano XIV, n.º 5-161 (Fevereiro, 1963): 27-36; *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, Ano XIV, n.º 4-160 (1 de janeiro, 1963): 4-17; *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, Ano XIV, n.º 3-159 (1 de dezembro, 1962): 5-10; Brásio, «Descobrimento/Povoamento», 49-97.

82 Régine Robin, *La Mémoire saturée* (Paris: Stock, 2003), 30.

dos mecanismos político-culturais de dominação colonial. O desígnio era, como Frantz Fanon argumenta, o de criar entre as populações da colônia a percepção de que o colono faz história e que ele sabe que a faz⁸³. Por isso, a exaltação do achamento não era só uma forma de litania imperial destinada a glorificar a imagem da metrópole, a criar um imaginário colonial acerca da ideia de grandeza presente e pretérita desta última e a cultuar os varões, os vultos varonis que construíram o império. A rememoração, ou melhor, a glorificação do achamento (das circunstâncias, das datas – mesmo que inexatas –, dos descobridores e dos conquistadores) constituía um artifício de inscrição de um mito de fundação composto a partir da genealogia histórica da colonização; e a rememoração da ‘descoberta’ era, na combinação de um vocabulário e dos seus usos públicos na colônia, um discurso e uma prática corporizada que ratificava a dominação colonial em toda a sua semântica.

Observações finais: duas apreciações, três hipóteses e uma conclusão

Nenhuma diligência historiográfica conseguiu indagar com objetivo rigor (suscetível de tornar transparente) as condições que envolvem o achamento das ilhas de Cabo Verde. Mesmo quando subtraídas de elementos espúrios, de interpolações tardias ou de expedientes literários, as arguições hermenêuticas adestradas desde o século XIX não tiraram da neblina os contornos do enigma. Os leves indícios disponíveis, mesmo quando sondados com provas tidas como mais críveis (como as cartas régias já citadas), só permitem bosquejar uma narrativa extremamente sóbria. Até agora, nada se pode concluir que não seja a partir de informações mínimas, avulsas, disponibilizadas pelas fontes da chancelaria régia: *i*) que em 1460, antes da morte do Infante D. Henrique (ocorrida a 13 novembro desse mesmo ano), pelo menos cinco ilhas tinham sido já achadas «per Antonyo de Nolle»; *ii*) que data de 3 de dezembro de 1460 o documento mais antigo alu-

83 Frantz Fanon, *Œuvres*, (Paris: Éditions La Découverte, 2011), 463.

dindo aos nomes dessas cinco ilhas⁸⁴; *iii*) que em setembro de 1462 eram dadas já como achadas mais sete ilhas daquele arquipélago, tendo sido «Diego Affonso» oficialmente referendado como autor do achamento⁸⁵. Resumindo: em 1462, as dez ilhas e mais alguns ilhéus que formam o arquipélago de Cabo Verde eram já todas conhecidas⁸⁶. Assim se resume, à luz da documentação régia mais remota, tudo o que se sabe sobre o achamento do arquipélago de Cabo Verde; e assim constitui a gramática das suas atribuições: os elementos avulsos da chancelaria só permitem situar de forma vaga, entre um marco e outro (1460 e 1462), a ideia do achamento, deixando sepultado nessa aritmética de dois anos um denso silêncio que impossibilita traçar a genealogia histórica do descobrimento de cada uma das ilhas. Conduzido por esse viés, o exercício da crítica das fontes requisita, com toda a pertinência, esta interpelação: se a documentação oficial mais remota (considerada a mais verosímil) reconhece unicamente António de Noli e Diogo Afonso como verdadeiros descobridores de Cabo Verde, então, o que é que tornou possível a injunção de Diogo Gomes no memorialismo colonial público-comemorativo cabo-verdiano como referência androgénica, isto é, como figura progénie masculina fundadora da história daquele arquipélago? A comodidade narrativa. Os efeitos de linguagem. Mas também (tomando de empréstimo uma fórmula de Jacques Derrida), o carácter *inaugural* da escrita (não porque ela cria, mas por uma certa liberdade absoluta de dizer, de fazer surgir o já patente no seu signo, de tomar os seus augúrios⁸⁷); pois

84 Santiago, São Filipe (Fogo), Maio, São Cristóvão (Boa Vista) e Sal. (Respetivamente, «Ilha de Santiago e a Ilha sam Filipe e a Ilha das Mayas e a Ilha de sã Christouã e Ilha do Sall»). Cf. «Doação Régia ao Infante D. Fernando» e «Doação das Ilhas de Cabo Verde ao Infante D. Fernando (19-9-1462)», in *Monumenta Missionária*, Segunda Série, Vol. I, 409-10 e 415, respetivamente.

85 Brava, São Nicolau, São Vicente, Ilhéu Raso e Ilhéu Branco, Santa Luzia e Santo Antão. (Respetivamente, «Ilha Braua e a Ilha de sam Nycollao e a Ilha de sam Viçente e a Ilha Rasa e a Ilha Bramca e a Ilha de samta Luzia e a Ilha de Santa[n]tonio»). Cf. «Doação das Ilhas de Cabo Verde ao Infante D. Fernando (19-9-1462)», in *Monumenta Missionária*, Segunda Série, Vol. I, 415-16.

86 «Doação das Ilhas de Cabo Verde ao Infante D. Fernando (19-9-1462)» e «Carta de Doação ao Infante D. Fernando (29-10-1462)», in *Monumenta Missionária*, Segunda Série, Vol. I, 415-16 e 423-24, respetivamente.

87 Derrida, *L'Écriture et la différence*, 22-23. Itálico do original.

a escrita, como Michel de Certeau sugere, abre sempre um *teatro* de legitimidade e de *ações* efetivas⁸⁸.

Mais: agenciamentos político-simbólicos e expedientes ideológico-co-historiográficos diversos, todos eles postos ao serviço do nacionalismo imperial e enquadrados pela instituição comemorativa colonial do meio milénio do achamento, laboraram em intensa sincronia no sentido de nacionalizar (entenda-se, de lusitanizar) o achamento das ilhas cabo-verdianas. Procedendo desta forma, estava-se a declinar claramente as pretensões especulativas italianas concernentes à precedência, por exemplo, de Luís de Cadamosto. E perante a impossibilidade de negar (sob pena de contraditar) a veracidade da carta régia que citava António de Noli como único descobridor das primeiras ilhas, os fazedores da memória colonial e do comemoracionismo imperial salazarista adulteraram a centralidade da mensagem contida naquela fonte; eles não apagaram nem omitiram o nome do genovês⁸⁹, porém não o celebraram à mesma escala, nem monumentalizaram a sua memória tal como fizeram com a figura de Diogo Gomes, cuja estátua passou a representar e a mimetizar simbolicamente o gesto da ‘descoberta’. Com isso, os comemoradores reabilitaram a memória de Diogo Gomes e, nesse mesmo enlaço mnemónico, subalternizaram o protagonismo do genovês, atribuindo-lhe lugar secundário de papel auxiliar, como coadjuvante no cometimento náutico da ‘descoberta’ supostamente empreendida por Gomes. Como Brásio afirmou, «Noli foi companheiro de Gomes no descobrimento»⁹⁰. Era também essa mesma lição que Silva Rego (1905-1986) proferira no ano letivo de 1965-1966, no curso de extensão universitária sobre Cabo Verde, organizado pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarina, da Universidade Técnica de Lisboa: «o descobridor teria sido

88 Michel de Certeau, *L’Invention du quotidien I. Arts de faire*, Nouvelle édition, établie et présentée par Luce Giard (Paris: Gallimard, 2008 [1990]), 183. Itálicos do original. Veja-se ainda Michel de Certeau, *L’écriture de l’histoire* (Paris: Gallimard (Folio histoire, 2001 [1975]), 78-79.

89 Vítor Barros, «Cabo Verde na Memória do Império: A Filatelia na Simbologia das Comemorações», in *História e Filatelia – I*, ed. Isabel M. F. Valente e João R. Pita (Coimbra: CEIS20/Secção Filatélica da Associação Académica de Coimbra, 2011), 11-17.

90 Brásio, «Descobrimento/Povoamento», 71.

o português Diogo Gomes, mas Da Noli teria sido o primeiro a dar notícia à Corte portuguesa»⁹¹.

Procedendo deste modo, inclusive na contramão da fonte oficial tida como mais plausível, os fabricantes do memorialismo colonial do Estado Novo inverteram a coerência factual do evento histórico do achamento; contrafizeram os factos; alteraram a prioridade da nomeação dos presumíveis protagonistas associados à ocorrência do achamento; adulteraram a ordem dos papéis dos atores; permutaram a posse legítima do título do descobridor, isto é, transferiram o quinhão da celebridade a quem, na verdade, as fontes régias não atribuem a glória do cometimento. Em suma: manipularam a interpretação da história, fixando de forma deliberadamente enviesada o epigrama que parecia melhor auxiliar o fabulário imperial lusíada relativamente à prioridade portuguesa no conhecimento do arquipélago cabo-verdiano. Modelaram-se então a partir daí as coordenadas mnemónico-discursivas em torno das quais passaram a girar os processos político-narrativos e estético-simbólicos de rememoração pública do achamento de Cabo Verde: nomearam os descobridores e, com eles, fabricaram a lenda da ‘descoberta’, o que significava em ocorrência instruir um memorialismo público-colonial tributariamente lusíada. E apesar de pesquisas historiográficas ulteriores, estribadas em provas oficiais plausíveis, atribuírem unicamente a António de Noli e a Diogo Afonso a vetusta autoridade do achamento⁹², a narrativa da ‘descoberta’ (cujo carácter funcional predomina ainda hoje em Cabo Verde) continua profundamente tributária das leituras e das insinuações herdadas da teatralização político-colonial do centenário do achamento do arquipélago. Tanto assim é que as notas conclusivas desenvolvidas por António Brásio em 1960 (no contexto das celebrações do meio milénio do achamento) e a história

91 A. da Silva Rego, *Reflexões sobre o Primeiro Século da História Cabo-Verdiana (1460-1580)* (Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1966), 7.

92 Daniel A. Pereira, *Estudos da História de Cabo Verde*, 2.^a Edição (Praia: Alfa-Comunicações, 2005), 33; Luís de Albuquerque, «O Descobrimento das Ilhas de Cabo Verde,» in *História Geral de Cabo Verde*, 1.^o Volume, coord. Luís de Albuquerque e Maria E. Madeira Santos (Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Tropical/Direcção-Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1991), 38-39.

oficial da ‘descoberta’ transcrita nalguns manuais escolares em Cabo Verde (meio século depois) desaguam, praticamente, no mesmo sentido: as ilhas do arquipélago cabo-verdiano foram encontradas entre as datas de 1460 e 1462 e os descobridores oficiais são António de Noli, Diogo Gomes e Diogo Afonso⁹³. A instituição comemorativa colonial salazarista produziu portanto efeitos duradouros no modo de interpretar e de representar a história do descobrimento daquele espaço insular oeste-africano. Basta observar ou lembrar que, num dos pontos mirantes mais nobres da capital cabo-verdiana, o vulto de Diogo Gomes, a muda eloquência da sua estátua murmura ainda, quotidianamente, aos olhos da população da cidade da Praia e no imaginário dos transeuntes que por ali passam, esse mesmo conto colonial comemorativamente instituído em 1960.

Referência para citação:

Barros, Víctor. “A escrita da história da ‘descoberta’ de Cabo Verde. Fabulário cronográfico, história oficial ou fabricação do consentimento?.” *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 5 (2017): 75-113.

⁹³ *História e Geografia de Cabo Verde 7.º ano*, Porto, Porto Editora, 2015, p.42; Brásio, «Descobrimento/Povoamento», 55-56 e 75.